

CONSELHO ADMINISTRATIVO – GESTÃO 2017-2020
ATA DA ASSEMBLEIA ORDINÁRIA DE 20/05/2020

Aos vinte dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte, às quinze horas, reuniram-se, em segunda convocação, em canal virtual, os membros do Conselho Administrativo do IPREF (Gestão 2017-2020) para Assembleia Ordinária. Estavam presentes **(I) dentre os indicados pelo Executivo Municipal**, os conselheiros **titulares** Claudia Regina Carapeta (IPREF), Márcio Rodolfo de Oliveira Alves (PMG), Paula Kobaiashi Inoue Tomita (PMG), José André de Moraes Filho (PMG) e Marilene Aparecida Cadina (PMG). **(II) dentre os servidores eleitos**, os conselheiros **titulares** Luiz Carlos da Rocha Gonçalves (Inativos), Marcio Rodolfo de Oliveira Alves (PMG), Milton Augusto Diotti José (PMG), Wonderson Moreno (PMG), Rogério Tadeu Barbosa Romano (SAAE) e Renata Silva Moreira. Dentre os **suplentes**, presente o Conselheiro Henrique Lameirão Cintra (PMG). Presente o Presidente do IPREF, Eduardo Augusto Reichert, acompanhado da Diretora Administrativa e Financeira do IPREF, Alessandra dos Santos Milagre Semensato. O Sr. Milton dando início, faz a leitura da pauta, e informa que todas as atas foram disponibilizadas e tiveram consignadas as alterações solicitadas previamente pelos conselheiros(as). **Itens 1 a 4 - Aprovação das atas anteriores:** Em virtude dos itens um a quatro se tratarem de aprovação das atas referentes aos dias dezoito de março, quatro, sete e onze de maio de dois mil e vinte, pergunta aos presentes se a votação poderia ser uma só com os quatro itens ou votação item a item. Podemos votar em bloco. Romano: não vejo problema. Milton: Colocada em votação, ficam todas as atas aprovadas por unanimidade. **Item 5: Apresentação e Deliberação do Balancete do mês de janeiro de dois mil e vinte**, o Sr. Milton – Presidente do Conselho passa a palavra para o Sr. Cristiano Augusto de Oliveira Leão – Contador Autárquico para a explanação. O senhor Cristiano começa com a apresentação das receitas e despesas da área da Saúde: a receita total arrecadada (saúde) foi da ordem de R\$ 896.659,60 (oitocentos e noventa e seis mil, seiscentos e cinquenta e nove reais e sessenta centavos). A previsão orçamentária é de R\$ 34.365.915,00 (trinta e quatro milhões, trezentos e sessenta e cinco mil, novecentos e quinze reais). O total orçado é de R\$ 34.165.998,00 (trinta e quatro milhões, cento e sessenta e cinco mil, novecentos e noventa e oito reais). Total Empenhado de R\$ 3.318.716,84 (três milhões trezentos e dezoito mil, setecentos e dezesseis reais e oitenta e quatro centavos). Total Liquidado de R\$ 248.336,26 (duzentos e quarenta e oito mil, trezentos e trinta e seis reais e vinte e seis centavos). Total de pagamentos de R\$ 204.553,99 (duzentos e quatro mil, quinhentos e cinquenta e três reais e noventa e nove centavos). Valores não repassados pelos entes de R\$ 5.748.456,90 (cinco milhões, setecentos e quarenta e oito mil, quatrocentos e cinquenta e seis reais e noventa centavos). Disponibilidade

orçamentária de R\$ 1.370.183,65 (um milhão trezentos e setenta mil, cento e oitenta e três reais e sessenta e cinco centavos) negativa. Disponibilidade orçamentária de R\$ 30.846.393,14 (trinta milhões, oitocentos e quarenta e seis mil, trezentos e noventa e três reais e catorze centavos). Pergunta se pode seguir para o RPPS. Não havendo questionamento passa para os dados do RPPS. Total de arrecadação de R\$ 48.533.963,41 (quarenta e oito milhões, quinhentos e trinta e três mil, novecentos e sessenta e três reais e quarenta e um centavos). Previsão anual de R\$ 249.727.969,45 (duzentos e quarenta e nove milhões, setecentos e vinte e sete mil, novecentos e sessenta e nove reais e quarenta cinco centavos). Total orçado para o exercício é de R\$ 194.588.035,00 (cento e noventa e quatro milhões, quinhentos e oitenta e oito mil e trinta e cinco reais). Valor Total de empenho é de R\$ 16.342.644,57 (dezesseis milhões, trezentos e quarenta e dois mil, seiscentos e quarenta e quatro reais e cinquenta e sete centavos). O Total de liquidações é de R\$ 15.248.400,10 (quinze milhões, duzentos e quarenta e oito mil, quatrocentos reais e dez centavos). O valor total de pagamentos realizados é de R\$ 15.175.276,68 (quinze milhões, cento e setenta e cinco mil, duzentos e setenta e seis reais e sessenta e oito centavos). Disponibilidade financeira do plano financeiro é de R\$ 919.717,06 (novecentos e dezenove mil, setecentos e dezessete reais e seis centavos). Disponibilidade financeira do plano capitalizado R\$ 245.000.666,26 (duzentos e quarenta e cinco milhões, seiscentos e sessenta e seis reais e vinte e seis centavos). Neste momento o conselheiro Romano intervêm e avisa que os conselheiros Wonderson e Marcio estão com dificuldades de acessar. O Wonderson estava só com o áudio. **O Presidente do conselho informa que o conselheiro Wonderson escreveu no grupo que conseguiu entrar. Conselheiros** Marcio e Marilene que não conseguem. Conselheiro André informa está instável a sala. O Presidente do IPREF Sr. Eduardo, informa que devido à dificuldade vamos mudar para outro link que tenho como alternativa no google meet. Dando continuidade à assembleia o Sr. Cristiano informa que a disponibilidade financeira da taxa de R\$ 14.548.556,38 (catorze milhões, quinhentos e quarenta e oito mil, quinhentos e cinquenta e seis reais e trinta e oito centavos). Disponibilidade orçamentária do plano capitalizado é de R\$ 920.793,73 (novecentos e vinte mil, setecentos e noventa e três reais e setenta e três centavos) e a disponibilidade orçamentária do plano financeiro é de R\$ 177.324.596,70 (cento e setenta e sete milhões, trezentos e vinte e quatro mil, quinhentos e noventa e seis reais e setenta centavos). O Sr. Milton pergunta se há alguma dúvida, ou algum esclarecimento. Não havendo, faz a leitura do parecer nº 02/2020 do Conselho Fiscal que foi aprovado sem ressalvas. Colocado em votação o balancete de janeiro do corrente exercício é aprovado por unanimidade. **Item 6 – Deliberação do Ofício 011/2020-SEFAZ – solicita alteração da data do pagamento da contribuição previdenciária. “Altera a Lei Municipal nº 6056/2005 – artigos 72 e 73 – dá nova redação.** O Sr. Milton faz a leitura do ofício, em seguida passa a palavra primeiramente ao Sr. Presidente do IPREF para fazer as explanações pertinentes e logo em seguida os conselheiros poderão fazer inscrições para

perguntas ou indagações. Sr. Eduardo informa que o Ibrahim – Secretário da Fazenda me procurou foi para apresentar projeto de lei, objetivando que o município conseguisse utilizar os repasses de ICMS, o Milton que trabalha na fazenda pode até comentar melhor. A entrada do ICMS é até o dia vinte de cada mês. Então é assim, e como a data do dia três acaba ficando muito próxima da folha, ele pediu através desse ofício a possibilidade de pagar o recolhimento até o final do mês. Assim ele utiliza o recurso do ISS que entrasse no mês subsequente. Para nós no plano financeiro não muda muita coisa na prática, mas para fins de plano capitalizado ele conseguiria utilizar os recursos no mês seguinte. Daria um pouco mais de organização. Entrei em contato com a Secretaria da Previdência não achei nenhuma vedação. Obviamente que vou passar para a Procuradoria aqui do Instituto também. Mas na Portaria da Secretaria da Previdência fala que o repasse tem que ser no mês subsequente. Então assim, não existe na prática nenhuma vedação. O próprio INSS é dia vinte, então é assim, o terceiro dia útil só acaba pressionando um pouco a folha. Sr. Milton indaga se alguém gostaria de fazer alguma solicitação de esclarecimento. Inscrevendo-se os conselheiros Amilcar, Romano e Luiz. Sr. Amilcar: Eu só acho que era legal a gente ter conhecimento desse parecer da Procuradoria antes. Se o Eduardo já falou que não tem nenhum problema é claro que a gente sabe que vai perder um pouco do recurso em relação a aplicação. Mas para deixar certo acho que era legal ouvir o parecer da procuradoria, sobre esse processo antes de aprovar. Sr. Romano: o Eduardo falou sobre a solicitação da Finanças, a gente já tinha lido o Ofício e concordo que para o grupo financeiro não altera nada, mas para o grupo capitalizado a gente perde um mês de aplicação. O Eduardo falou como Presidente do Instituto. Gostaria que ele falasse como Presidente do Comitê de Investimentos. Eu não sei. A nossa meta, me parece que já vai ser difícil de cumprir numa situação normal. Dois mil e vinte já seria uma situação difícil para ser cumprida a meta de inflação mais seis por cento. Tanto que os bancos estão fazendo umas avaliações. Dizem que terão que ser investimentos, eu diria, com mais risco. Então além do parecer da Procuradoria, que eu acredito ser um parecer jurídico, há a questão técnica do parecer do Comitê de Investimentos que também seria importante a gente ter. Para a gente não aprovar algo, a priori, que venha depois prejudicar a saúde financeira do instituto. **Sr. Eduardo:** em termos assim. Se eu achar daqui a pouco que o último dia do mês é muita coisa. Acho que trabalhar com uma data até o dia vinte, ou um pouco mais. Para pelo menos pegar essa receita do ISS que é importante. Em termos de alocação o que a gente acaba perdendo é fundo de caixa, que muitas vezes é onde o dinheiro fica. São fundos onde o dinheiro fica e são atrelados à taxa de juros de um dia. São produtos que devem render no ano quatro por cento. Não é de grande rentabilidade, mas também pega o dinheiro caixa. Tem que passar pelo Comitê. Não é um processo tão rápido. E o todo continua no fluxo normal. Vamos imaginar que hoje os dezesseis, dezessete milhões impacta muito mas representa um valor considerável perto dos trezentos. Mas daqui a dois anos estaremos com setecentos milhões e é

um valor representativamente menor comparado ao que é hoje. Em quinze anos não acredito que impacte de maneira significativa. As vezes é melhor a gente pensar em receber que ter problemas futuros. Sr. Romano: se permitir só mais uma dúvida. Do que o Eduardo falou, na prática nos vamos deixar de receber quanto no terceiro dia útil e passar para receber no fim do mês. Qual que é o valor por. Qual a contribuição de todos os servidores ativos e inativos também. Sr. Eduardo: na faixa de dezesseis milhões. Sr. Romano: por mês nós estamos recebendo. Estamos abrindo mão apenas desse valor. Não sei se você aplica esse valor automaticamente. Você falou que não. Sr. Eduardo: Ele é aplicado automaticamente nos fundos atrelados à SELIC. Sr. Romano: que tem rentabilidade menor. Sr. Eduardo: é só para não ficar parado. Conselheiro Luiz: É só uma questão de desconhecimento mesmo. A prefeitura por causa da pandemia deve estar arrecadando bem menos do que arrecadava antes desse imbróglio todo que estamos tendo. Isso também teria a ver com problemas em pagar a folha do ativo com relação a antecipação do dia quinze. Isso também impacta a Prefeitura em conseguir pagar o vale do dia quinze. Ajudaria nesse sentido ou não? Sr. Eduardo: Acredito que no plano financeiro não. O Plano financeiro não teria nem interesse da Prefeitura deixar de pagar o repasse, a contribuição, porque no final do mês ela teria que integralizar mais. Eu me lembro que esta pauta que está aí, é só por questão do pessoal do capitalizado. Mas eu entendo pelo menos, pelo que o Secretário Ibrahim falou, que ajudaria bastante na questão do fluxo do ISS. Essa é a grande preocupação dele. Que o dinheiro do ISS entra dia vinte. Mas ajudaria a prefeitura em termos de compromissos que ela tem a pagar. Se o vale é pago dia quinze e o grande fluxo de ISS é até o dia vinte tem esses cinco dias para contabilizar na prefeitura. Sr. Milton. Gostaria como alguns colegas já efetuaram a colocação, ver não só o parecer jurídico mas também parecer do Comitê de Investimentos. A prefeitura deixa de mandar o dia três o dinheiro, ou no terceiro dia útil. O Instituto já está preparado para o pagamento do vale e dos proventos no dia trinta. No momento que eu jogo esse pagamento para o último dia útil não posso complicar o Instituto com o pagamento do provento do último dia. Não seria melhor, já que a Secretaria da Fazenda tem o dia vinte, fazer um meio termo para que você tenha uma folga de dias para correr atrás de algum recurso. Não seria bom o IPREF ter alguns dias para ter a convicção que esse recurso estará disponibilizado em caixa. Sr. Eduardo: eu pago tão pouco com esse dinheiro. Eu imagino que a Prefeitura não deixaria esse dinheiro do financeiro para o último dia do mês. O financeiro que me dá dor de cabeça. Calcular o quanto falta, integralizar. Tem uma mecânica mais complicada. O meu fluxo de pagamento do fundo capitalizado é muito baixo. Eu pago dez pessoas. É quase nada. Mas assim. Não é preciso colocar para o último dia do mês. Dia vinte, vinte cinco não teria problema. Até seria bom. Daqui a pouco a prefeitura vai fazer a transferência as quatro e meia da tarde do último dia útil, eu vou acabar virando o mês sem aplicar, com o dinheiro em conta corrente. Pra mim também não é bom. O vigésimo quinto dia seria ideal. Sr. Milton: diante do que foi falado, indagado, em vez de nós deliberarmos hoje com aprovação,

que nós solicitássemos para que o Eduardo tramite este processo administrativo para o parecer jurídico. Passar também pelo crivo do Comitê de Investimentos e já ficar sinalizado que o último dia para o Instituto fica ruim. Que nós encurtemos este prazo de repasse, tendo em vista que não há nenhum tipo de prejuízo em cima de como é feito o investimento. Então Eduardo, ficaremos no aguardo do parecer jurídico, do Comitê de Investimentos e fazer um meio termo, entre o dia vinte e trinta. Pode ser dia vinte e cinco. Sr. Amilcar: o conselho fiscal não falou nada. Sr. Milton: não, mas se quiserem pode ser. Sr. Amilcar: talvez seja uma pauta pertinente pra eles também. Sr. Milton: então incluímos o Conselho Fiscal, e o Eduardo consulta eles. Viu Amilcar, conversei com o Conselho Fiscal e eles não estão se reunindo de forma virtual. Aprovado o encaminhamento.

Item 7 . IPREF Saúde – hospitais credenciados: Sr. Milton: foi pauta de uma reunião de uma extraordinária, específica do Hospital Unimed que do ponto de vista de hospitais de Guarulhos o de que mais presta serviços para os associados do IPREF Saúde, é o carro chefe dos atendimentos aqui em Guarulhos. Nós tínhamos deliberado, o Eduardo iria fazer uma consulta a Secretaria da Fazenda indagando a questão da dívida. Uma dívida que foi dita que ela era milionária com os cofres e que há, uma questão ajuizada e outras questões a serem deliberadas do ponto de vista administrativo. Sr. Eduardo: na sexta-feira seguinte à reunião, nós encaminhamos um ofício para a Secretaria da Fazenda em mãos, fui até lá conversar com o Secretário Ibrahim, até para pedir para dar celeridade. Se encaminhasse via Prefeitura poderia demorar mais. Chegou nesta semana a resposta. Foi encaminhado para o DRM-Departamento de Receita Mobiliária, acabou tendo Parecer. O Processo voltou e está com a Alessandra, mas, eu achei um pouco justo, posso até encaminhar o parecer que foi dado para vocês. Só que, ele remete, no final da conclusão que não vislumbra muita regularidade da UNIMED nos próximos dias, ou até o final do mês. Fora do prazo hábil para renovar o contrato com a UNIMED. Alessandra gostaria de fazer algum comentário. Eu até vou a Secretaria de Justiça para ver se eu consigo ver de fato quem está tratando disso, mas é mais complicado do que estava parecendo. Sr. Milton: Alessandra, eles chegaram neste parecer a dizer a real dívida da UNIMED com o município, em complemento ao que falou o Eduardo. Sra. Alessandra: estava lendo de novo o expediente a ação judicial ela é no CNPJ da UNIMED administrativa, essa que está localizada na Av. Paulo Faccini, onde o fiscal relata que tem débito. Só que ele falou que tem uma outra inscrição no CNPJ, essa sim na rua Tabajara, que é o lugar do hospital. Fui olhar essa inscrição, esse CNPJ na Receita Federal, e realmente não tem muita informação, é um CNPJ ativo e aí solicitei no Fácil dar uma olhada na CND dessa inscrição mobiliária que o Inspetor menciona aqui. Realmente não tem débito nesta inscrição, a que parece que é do Hospital UNIMED não tem débito. Não sabíamos que tinha outra inscrição, essa inscrição nunca apareceu para mim. O que ele está falando aqui é que, a parte da inscrição que tem débito no sistema, pelo que entendi, está disponível para a UNIMED refazer as notas e lançar os descontos para eles poderem acertar. Mas existe este outro CNPJ também, parece que é o CNPJ

do hospital. Nos credenciamentos sempre apresentaram o outro CNPJ, que é o que está com débito. Quando gerou a CND que saiu positiva, não sei se é uma incorreção no cadastro da Prefeitura, mas a CND desse CNPJ que tem débito consta na Rua Tabajara. Milton: entendi. Na realidade você está dizendo que haviam aparecido realmente quatro inscrições mobiliárias quando você passou a documentação. Nós temos uma principal e três que a gente chama de guarda-chuva lá no Cadastro. A que cuida da Administração do todo é esta que é devedora e a outra é a inscrição que o Hospital foi criado recentemente. Ele era Hospital UNIMED, e a pouco tempo virou Hospital Oito de Dezembro. Mudou-se o nome fantasia e deve-se ter criado razão social para ele. Na realidade quem administra está com o débito. Tem a questão do débito aí ou não, em valores? Alessandra: ele juntou uma ficha financeira. Na inscrição da UNIMED na Tabajara parece que dois totais, tudo de 2020, R\$ 2.281.069,00 (dois milhões, oitocentos e oitenta e um mil, e sessenta e nove reais. Esse é o valor que está aqui R\$ 2.281.069,17 (dois milhões, oitocentos e oitenta e um mil, sessenta e nove reais e dezessete centavos). Até vi quem assinou o Parecer da Procuradoria, ela fala que aumentou a base de cálculo para R\$ 47.000.000,00 (quarenta e sete milhões de reais). Para efeito de cálculo seria os quarenta e sete milhões. Mas o débito não é este, é mesmo dois milhões e uns quebrados. Estou em dúvida agora com relação a essa nova inscrição. Não tem nada a ver com aquelas que apareceram naquela CND positiva. É outra inscrição, diferente. Mas o Inspetor menciona aqui que ou é essa questão da inscrição que não tem débito ou que a empresa terá que lançar as notas de novo. Sr. Milton: voltamos aquela mesma questão, o problema é da própria UNIMED, está na mão dela. Ela quer solucionar o problema ou não. Não quer pagar, quer ajuizar e aguardar a sentença? Sra. Alessandra: pelo que eu entendi, agora está na mão da UNIMED. Por enquanto ela conseguiu antecipação de tutela para pagar o que ela acha que é devido. Pelo que entendi dos e-mails que a Fazenda trocou entre os setores, da empresa que faz o caso da GISS, a Prefeitura precisava liberar o sistema para a UNIMED regularizar. Para fazer cumprir a ordem judicial. A UNIMED que vai ter que lançar tudo agora. Sr. Milton: então depende da UNIMED? Sra. Alessandra: dá impressão que se a UNIMED entrar agora no sistema que está liberado para ela fazer os lançamentos. Parece que ela consegue arrumar a CND, pelos documentos que estou lendo aqui. Sr. Milton: alguém tem algum questionamento, alguma dúvida? Sr. Romano: a gente aprovou essa prorrogação por trinta dias aqui, que irá até dia 11 de junho. Hoje estamos no dia vinte. Mas ficou aprovado também que após o aditamento deste contrato por trinta dias nós vamos fazer gestão no sentido de credenciar mais hospitais. Nós tínhamos falado de Intermédica, Notre Dame, Carlos Chagas. Gostaria de saber como está? Sr. Eduardo: a questão da Intermédica é um pouco mais delicada, a Sueli entrou em contato com a Notre Dame, Carlos Chagas e outros hospitais na Zona Leste de São Paulo. Acho que Guarulhos que é nossa maior procura. A Sueli acabou de me atualizar: O Hospital Maria Helena, Hospital Penha e Hospital São Migue eles só fazem conta aberta. Que acaba impossibilitando a gente de oferecer contrato nos

moldes que fazemos hoje. Trabalhamos com diária fechada, lembram. Nenhum deles está disposto a trabalhar com diária fechada. De qualquer forma foi pedido para eles mandarem proposta de conta aberta para termos uma noção de qual valor estão praticando. Mas esta questão de conta fechada e conta aberta foi o que impossibilitou a gente de contratar o NIPO Brasileiro aquela vez porque não queriam conta fechada. A Intermédica eles estão com débito, mandaram um e-mail inclusive ontem falando que estão esperando o FÁCIL abrir para regularizar. Estão querendo mais uma desculpa na tentativa de regularizar. O FÁCIL está fechado só para atendimento presencial, mas se você quiser pagar algum débito. Fizemos uma proposta de fazer uma certidão se comprometendo a regularizar quando o FÁCIL abrir. O que a gente tem, por incrível que pareça, está mais caminhando, é o Carlos Chagas. Eles tem alguns débitos, estou fazendo o meio campo entre o FÁCIL é a parte financeira do Grupo que fica em São Paulo. É o máximo que eu consigo para viabilizar a regularização dele. Eles já pagaram os valores menores. Recebi inclusive uma resposta do financeiro deles ontem e já encaminhei para a Prefeitura para baixar e marcar com a Procuradoria, para falar com o Procurador que está cuidando da execução. Porque eles falaram que alguns lançamentos lá estão em duplicidade. E o próprio Carlos Chagas se comprometeu a pagar tudo para ficar regular. Esta é a posição que eu tenho deles. Estou fazendo esta gestão porque eles disseram que vão pagar tudo, todos os débitos, para se regularizar. Tudo indica que se a UNIMED não correr atrás também, ela não vai conseguir se regularizar. E é o que está se materializando. Estamos correndo atrás e ela fica colocando como se a culpa fosse nossa. Não estou vendo muita movimentação por parte deles. Sr. Romano: nossa preocupação era ter um parâmetro se em 11 de junho tivermos o cancelamento da UNIMED, se a gente teria um hospital aqui em Guarulhos para fazer a substituição e manter a normalidade de atendimento. Se não existe essa probabilidade que o Sr. Eduardo está colocando do Carlos Chagas, o Bom Clima ainda está também até junho. A gente tem pelo menos uma luz para não ter problemas de última hora. Sr. Eduardo: o Bom Clima ligou esta semana com a mesma desculpa do FÁCIL. Sr. Milton: O FÁCIL está fechado mas todos nós sabemos que ele atende o tempo inteiro pelo e-mail: atendimentofacil@guarulhos.sp.gov.br. O Atendimento é dado em todo momento recebemos muita demanda na Secretaria da Fazenda de documentos que foram encaminhados pelo e-mail. Sr. Romano: Milton se você me permitir, hoje eu recebi um telefonema hoje na Secretaria do rapaz do FÁCIL para informar sobre uma certidão. Sr. Milton: Pelo que foi dito pela Alessandra, o que contem no documento. Se você pudesse escanear e mandar, eu coloco no grupo para todo mundo ter conhecimento. Sra. Alessandra: quer que eu digitalize e encaminhe para o e-mail do Eduardo. Sr. Milton: isso, por favor. Alessandra: posso mandar também no whatsapp e ele compartilha com vocês. Sr. Milton: Em cima do que o Romano colocou e a resposta do Eduardo. Tudo depende da UNIMED. Ou seja, nós não vamos poder ficar à mercê de quem presta serviços para o IPREF. Sr. Eduardo: eu estou até me comprometendo em relação ao Carlos Chagas, porque ele está sendo

um dos hospitais que estão se prontificando em relação aquelas UTIs para a Prefeitura, e a Prefeitura também está cobrando deles regularidade, então é assim, junto a necessidade de regularizar lá e regularizar aqui, e eu acabei ficando de ponte. Andei conversando com o Sr. José Mario Secretário da Saúde para viabilizar isso. Estou fazendo o que eu posso. Estou indo na Fazenda, na Justiça. Se o cara está disposto a resolver, ele vai resolver. Eu posso garantir que eu estou fazendo o que eu posso para resolver o problema dos hospitais. **Sr. Milton:** Nós tiramos um encaminhamento quinze dias atrás que era verificar a regularidade da UNIMED e também para que, em caso fosse interromper o contrato que nenhum dos assistidos, nenhum dos associados do IPREF Saúde fosse pego de surpresa. A Conselheira Marilena com muita propriedade, falou que não podíamos chegar na sexta-feira e avisar que no sábado ninguém teria plano de saúde e hospital para ser coberto naquele momento de aflição. Ninguém vai num hospital por que quer. Então, me corrijam por gentileza se eu estou errado. O que foi colocado aqui é que existe o débito, a UNIMED judicializou, não está vislumbrando por parte da equipe técnica e administrativa do Instituto de Previdência uma solução para a UNIMED até o dia 11 (onze) de junho. Que o Instituto de Previdência já emita um comunicado aos assistidos do plano de saúde que as tratativas continuam, e que após 11 (onze) de junho, não havendo qualquer manifestação ou apresentação da UNIMED, esse contrato será interrompido, ou melhor, perdera sua eficácia, sua validade. Isso o mais rápido possível. E nesse mesmo comunicado o Instituto não dar somente a má notícia, mas também a boa notícia que está buscando outros hospitais para serem credenciados, buscando suprir essa falta do Hospital UNIMED. Tem que ser um comunicado rápido no site, no portal da prefeitura e e-mail de todos segurados e assistidos do IPREF Saúde. Porque eu estava até esperançoso que a notícia fosse outra, senão nós vamos nos reunir no dia dez de junho para dizer ou para saber que a UNIMED não entregou nada. Quando se fala da UNIMED, você não fala só de um hospital. Ele é um guarda-chuva, tem exames clínicos, ambulatoriais, de imagem e de especialistas. Não estou falando só da unidade da Rua Tabajara, estou falando do todo. Vocês verificam para que o Instituto já de o start do comunicado necessário e acelere, mais do que está sendo acelerado, esta conversa, principalmente com o Hospital Carlos Chagas. Se vocês verificarem, tivemos uma publicação dia 15 (quinze) de maio onde houve uma prorrogação de contrato que vai até 11 (onze) de junho. Podemos caminhar nesta proposta, podemos melhorá-la ou dizer que não é nada disso. **Sr. Eduardo:** a publicação está errada, era para ser da UNIMED. Sair Stela Maris. O Hospital Stela Maris continua. A publicação foi na página vinte e três do dia quinze de maio. **Sra. Alessandra:** a data está errada. **Sr. Eduardo:** a data está certa, onze do seis. O nome que está errado. É da UNIMED. **Sr. Milton:** vamos nessa linha então. Sei que é temeroso. **Sr. Romano:** acredito que tenha visto esta publicação e achado que era da UNIMED. **Sr. Amílcar:** mas foi publicado um extrato de contrato aqui da UNIMED. Vigência até onze do quatro. O que está errado é a data. **Sr. Milton:** não, tem uma outra publicação dia quinze, onde era para estar

UNIMED está Stela Maris. Sr. Amilcar: eu vi essa do Stela Maris também. Sr. Romano: a primeira, a que foi feita no mês quatro foi a emergencial que o Eduardo já havia feito, e depois a gente que ia fazer de novo, porque não tinha resolvido o problema. Sr. Milton: Isso mesmo. Podemos seguir nessa linha. Sra. Marilene: eu gostaria de falar, concordo com o que o Milton falou, se existe a possibilidade do IPREF avisar antes, com antecedência, os usuários da troca ou encerramento da UNIMED por um outro hospital. Acho que era importante isso, pelos meios de comunicação que o IPREF já utiliza. Como os usuários não são muitos, acho que dá para comunicar por e-mail. Porque na verdade a UNIMED é o que é mais utilizada. Eu concordo com os encaminhamentos que o Milton fez. Sr. Eduardo: deixa eu só fazer uma pergunta, eu posso fazer uma notificação falando do fim do contrato da UNIMED no dia onze caso eles não se regularize. Em questão da troca eu precisaria de mais tempo para verificar todas as pendências. Ainda faltam vinte e um dias, dá para conversar e a semana que vem a gente decide como vai ser essa comunicação. Sra. Marilene: ok. Sr. Milton: sairia uma comunicação daqui vinte dias. Sr. Eduardo: exato. Daria para a gente pensar. Se a gente só soltar uma comunicação falando do fim da UNIMED vai criar um pandemônio. Sra. Marilene: se você só falar do fim da UNIMED você vai criar um grande problema para você. Com toda certeza. Acho que se houver a possibilidade de fazer as duas comunicações, tipo, estamos perdendo a UNIMED mas estamos captando outro hospital acho que fica melhor. Sr. Marcio: eu acompanho a fala da Mari. Em casa também uso o Hospital da UNIMED. É o grande carro chefe do nosso IPREF Saúde. Isso nos preocupa bastante, mas a gente também entende que são várias outras coisas no bojo do que está acontecendo. De repente a tabela que elas tem não condizem com o que eles querem receber, e o que a gente pode pagar. Enfim, a gente que utiliza bastante a UNIMED se preocupa muito. A gente sabe que o que a gente paga é um valor muito aquém do mercado. Em uma reunião presencial até sugeri que fosse feito o redimensionamento dos valores, e qual seria o justo e ficasse no fiel da balança, para os dois lados. Um valor que a gente pudesse pagar o convênio e por outro lado tivéssemos o suporte e evitarmos estar nesta situação. Tenho uma cirurgia importante e agora estou num barco à deriva. Sr. Milton: algum encaminhamento fora o reforçado pela Mari e pelo Marcio. Então o comunicado sairá dia 27 com a propositura pro positiva. Sra. Marilene: além disso, só queria pedir também que o Eduardo falasse para nós qual vai ser o encaminhamento daquele grupo de trabalho, da nossa conversa com o Prefeito. De pensar num plano de saúde que contemplasse todos. Eduardo: Já conversei com o Secretário Adam nos intervalos de nossas reuniões nos últimos dez dias. Pude acertar com ele a participação da Gestão com a Prefeitura. Mas esses dias ficou enrolado com as alíquotas e questão do hospital. Nos últimos dois dias fiquei focado na questão do Carlos Chagas. A gestão acabou assumindo a frente. Não saiu do nosso horizonte. O Secretário Adam concordou em criar um grupo de trabalho, um grupo de ação dentro da prefeitura, discutir minuta, aplicação, como vai funcionar e o andamento. Só não consegui participar por causa da questão do hospital. Sr. Milton: **Item 8 –**

demais assuntos de interesse do IPREF. Eu tinha dois itens para perguntar. Um a Mari já antecipou que é o Plano de Saúde. Gostaria de dar um informe. Relembrar um pouco. Todos nós sabemos que na Secretaria da Previdência nós fazemos parte no Pró-gestão, onde buscamos toda nossa qualificação e deixando toda a parte de metodologia para o Instituto e o Conselho Administrativo em dia para que a gente receba a certificação e possamos atingir um nível pelo menos intermediário, subirmos um degrau. O curso que fizemos no início de março vendo a parte jurídica, seja a Emenda Constitucional, seja o funcionamento do Conselho. O Dr Tiago da ABCPREV no que tange ao nosso conselho fiquei muito satisfeito. Nós não só já atendemos quase na integra todos os dispositivos e todas as solicitações no Pró Gestão como também vamos um pouquinho além. Por exemplo a publicidade na convocação, publicidade que nós damos, seja através dos nossos grupos ou o que sai no site em relação as nossas atas que são publicadas. Único problema que eu verifiquei, e comentamos na época, que era para ser pauta na reunião ordinária de março, mas diante da pandemia que teve e nos pegou de surpresa um dia antes. Acabei deixando para falar com mais tempo. Na nossa convocação nós sempre temos os itens e deixamos os demais assuntos. E lá no Pró Gestão pede pauta fechada. Nada será discutido senão na pauta. Logicamente podemos incluir itens. O colegiado no dia pode dependendo da gravidade e da necessidade de urgência, até incluir em caráter excepcionalíssimo na pauta do dia ou já pedir uma pauta extraordinária na sequência, no próximo dia, ou quando for melhor e tenha todo colegiado presente. Então, a convocação com demais assuntos, a última se deu nessa daqui. Então todas as outras vamos ter pautas fechadas. Ai eu peço encarecidamente a todos os Conselheiros, Conselheiras, quando falarmos que vamos preparar a pauta no grupo, já peça para incluir na pauta da convocação daquele dia. O Plano de Saúde já foi dito. Eduardo sobre a eleição do Conselho tinha sido dito que haveria uma mudança na nossa legislação. Essa legislação hoje fala de mandato de três anos, e este ano ela coincide com a eleição municipal. Logicamente nós não tínhamos os transpostos, então nós temos uma gama hoje de um grande número de eleitores e também da forma que ela está, que nós tínhamos discutido, dependendo da categoria ela consegue fazer fechado todo o, Conselho e o objetivo é dar uma pluralidade nesse colegiado no sentido que diversas questões, diversas demandas fossem aqui discutidas. O Eduardo havia mencionado que já havia pedido ao pessoal da ABCPREV, mais especificamente ao Douglas que é o Consultor Jurídico a preparação de uma minuta. Só que avançamos e já estamos no mês de maio, nosso pleito vence agora em setembro. Precisamos fazer a eleição ou a mudança da legislação o mais rápido possível porque não dá para aguardar por que irá criar um problema para o próprio Instituto e para nós conselheiros. Acaba nosso mandato, não temos mais prerrogativas legais e o Instituto vai ter problemas seríssimos com o Tribunal de Contas, com a Secretaria da Previdência. Gostaria de ouvir do Eduardo como vai ficar essa questão, ter a eleição esse ano nos moldes hoje descritos na Lei Municipal 6.056/05 ou haverá mudança da legislação em tempo hábil. Sr. Eduardo: ainda

não tivemos resposta do Douglas, mas minha sugestão é que a gente já fizesse a adaptação do Pro Gestão, inclusive uma das propostas no Pró Gestão que os mandatos dos conselheiros trocassem sempre de maneira intercalada. Não fosse feita troca, e todos conseguem enxergar o prejuízo de quando se troca todos de uma vez. A gente perde continuidade do trabalho e isso é ruim tanto para o administrativo quanto para o fiscal e o Pró Gestão pede para que isso não aconteça. Eu estou com a minuta do Projeto de Lei. Eu estava pronto para oficializar a prefeitura, já tinha conversado com o Secretário de Governo, que eu não imagino que tenha grandes problemas. Não é um projeto de lei significativamente. Colocando o conselho nos moldes do Pró Gestão. O Conselho formado de maneira paritária. Então ficaria o mesmo número de eleitos e de indicados. Sendo que a Presidência no primeiro mandato ela se inicia com servidor eleito ou nomeado, ainda não sei porque é mais específica. No projeto de lei vão ser aumentadas as competências do Conselho, acaba assumindo mais responsabilidades. Eu pedi para colocar mais alguns requisitos para a Diretoria Executiva e para o Presidente do IPREF que já estão na Lei 9717, então adequando na legislação federal, que ela pede nível superior, formação. Estou finalizando o projeto de lei, sugerindo que se nós pudéssemos marcar uma extraordinária, talvez a semana que vem e até falar dos encaminhamentos dos hospitais, para apresentar para o conselho este projeto de lei. Como regra transitória estenderia o mandato dos dois conselhos até o final do ano que vem. Porque aí já começaria a valer o Pró Gestão não trocando todo mundo junto com o chefe do executivo como ele pede. Não fazendo com que o prefeito mude todos de uma vez mas de maneira transitória. Gostaria de saber outras sugestões que vocês imaginam. Sei que essa questão do Conselho foi discutida com vocês algumas vezes. Tem a preocupação do conselho em buscar a pluralidade nas secretarias, respeitasse pelo menos um de cada secretaria, para tentar não concentrar em meios específicos, seja na educação, na saúde, ou numa secretaria específica. Então, quero ouvir vocês, o que imaginaram para que a gente consiga finalizar. Em paralelo eu vou correr com a eleição, deixar pronto. Se perceber que o projeto de lei não vai caminhar na velocidade que a gente precise, eu nomeio a comissão e a gente já vai nos moldes que temos hoje. Sr. Milton: alguém tem alguma para perguntar, falar, senão podemos marcar uma extraordinária para discutir. Sr. Amílcar: eu acho que é isso, precisa discutir melhor antes de encaminhar qualquer coisa. Marcar uma extraordinária já contempla. Milton: podemos marcar uma extraordinária para a próxima quarta-feira de manhã. Sra. Renata: Com relação a isso eu ia pedir que se fosse de quarta-feira eu gostaria que fosse de manhã. Com relação as alterações que o Eduardo falou, e o Milton também. A princípio eu tenho uma certa resistência a essa continuidade do mandato. Mas eu estou aberta a ouvir quais são as propostas e estudar elas melhor para depois me manifestar de forma efetiva. Sr. Milton: diante do pedido do Eduardo podemos marcar uma extraordinária para quarta-feira que vem às oito e meia em primeira chamada e às nove em segunda, fazemos pelo google meet mesmo. Usamos este endereço de hoje, que ficou melhor, e aí nós teríamos a leitura e aprovação

da ata da assembleia de hoje e falta a minuta do projeto de lei referente a eleição do conselho. o Eduardo conseguiria mandar e, também do IPREF Saúde e hospitais credenciados que nós estamos vendo a questão do Carlos Chagas. Só que o Eduardo nos mandaria até segunda essa minuta para que possa colocar no grupo para todo mundo ler, refletir e pensar. Sr. Luiz Carlos: Milton, vamos deixar a ata para a outra assembleia. Quarta feira é muito em cima. Vocês não tem noção do quanto estão falando. Sr. Romano: é duro fazer isso daí. Sr. Luiz Carlos: até agora já deu mais de doze folhas. Sr. Eduardo: eu vou tentar com o Douglas da ABCPREV se ele pode participar da reunião de quarta-feira. Seria legal. Ele fez parte do grupo de trabalho que criou o PRÓ GESTÃO em Brasília. Ele até consegue tirar algumas dúvidas sobre mandato, escalonar. Irá ajudar a gente a discutir. Sr. Amilcar: a gente podia resgatar, verificar o que é possível aproveitar da legislação anterior. Que um prefeito que a gente teve fez o favor de alterar, essa condição um pouco mais precária que a gente tem hoje. Mas a gente já teve um conselho muito atuante, eu não sei se a gente precisar se ater aquele molde antigo de todas as secretarias, até porque hoje a gente tem muito mais secretarias do que era antes. E ainda se tem umas com uma pequena representatividade em relação a outras. Se precisa levar isso em conta quando a gente vai discutir na próxima reunião, mas tem muita coisa na legislação anterior que foi alterada, que a gente pode aproveitar, acho que vai até os moldes que atende até mais que o Pró Gestão pede hoje. Sr. Milton: Amilcar vamos esperar o Eduardo mandar a minuta, até segunda feira. Cada um faz suas anotações, seu trabalho, e na quarta feira une todas as informações. Vê se todo mundo tem o mesmo entendimento e anseio e comunga o que for em comum. Levando para dentro dessa redação se for o caso, ou uma lida do que tiver e o que precisa alterar a gente solicita. Sr. Amilcar: eu só acho que é possível que a gente tenha um prazo pouco pequeno. Ter essa minuta na segunda pra deliberar algo deste tipo na quarta-feira. Sr. Milton: não vamos deliberar, vamos discutir. Se a gente ficar demorando, eu concordo com o Eduardo. Janeiro para maio é muito tempo. Quer queira quer não o nosso mandato termina em outubro. Não podemos mais assinar ou fazer nada. Deixaremos o Instituto desprovido. Sr. Eduardo: deixo como sugestão, que eu acho legal as pessoas verem até segunda, que o manual do Pró Gestão na última versão, tem como sugestão Conselho Deliberativo, Conselho Fiscal e Comitê de Investimentos. Imagine o Comitê de Investimentos como órgão acessório do Conselho Administrativo. Sr. Luiz Carlos: na realidade não é nenhuma questão em relação a isso. Pegando a fala do Amilcar, quando ele fala que seria interessante a gente estar verificando a legislação anterior, até porque ela era uma pouco mais abrangente em relação a eleição. A gente podia com relação à saúde ver também todos aqueles artigos que foram vetados na lei anterior, quando se vetou todo o plano de saúde. Sr. Milton: você me fez recordar todo aquele serviço que nós tivemos em dois mil e cinco, que era um serviço muito bem feito, que era uma comissão feita no Conselho Deliberativo, com o Amilcar, Valter Fontes e pelo Francisco Brito que fez uma redação, e essa redação foi amplamente discutida, porque quem

acabou levando ela para o legislativo e aprovou no primeiro momento foi o vereador Edson Alberton, cujo assessor dele era o Romano, e o Romano também participou muito ativamente. Foi quando conseguimos aprovar diante de toda resistência, só que na hora do veto nós perdemos por um voto, o que foi um trabalho de meses. Mas o Amilcar, o Valter, o Romano deve ter muito material que é um cara que mantém as coisas bem organizadas e bem detalhado. Podem nos ajudar neste resgate Luiz, aliás você era o presidente do Conselho a época, podemos até recuperar o processo administrativo. Sr. Eduardo: se vierem outras pautas à tona, vale a pena discutir saúde ou outra questão. O que é importante mandar agora ou depois. Eu até me comprometo trabalhar em um segundo PL, mas tem bastante coisa que a gente precisa avançar. Sr. Milton: tudo bem pessoal podemos seguir nesta linha. Sr. Amilcar: eu ainda acho que o tempo para a gente deliberar é pequeno. Sr. Milton: mas nós vamos começar a discutir. Sr. Amilcar: se a gente puder deixar na pauta 'discussão' e não colocar o termo deliberatório. A gente pode ficar mais seguro. Outra assembleia extraordinária a gente pode marcar a qualquer momento. Sr. Milton: Apreciação e discussão dela, sem deliberação. Tudo bem Luiz. Ficaremos com dois itens, pauta fechada. Eduardo: o Luiz havia me encaminhado aquela alteração do regimento aprovada pelo Conselho, era até uma publicação simples e eu acabei conversando com o Milton e com o Luiz, eles gostaram da ideia e acataram de nós criarmos a figura normativa da Resolução. Que é uma figura privativa do Conselho. Então, as decisões podem se tomar na forma de Resolução, tem que numerar dentro do ano. A minha ideia é que a gente passe algumas atribuições como Resoluções do Conselho, o Comitê de Investimentos, alguma atribuição de Regimento, e acabe sendo pouco a pouco o papel do Conselho Administrativo. É uma maneira de acabar assumindo mais responsabilidades também e mais aliada inclusive com a capacitação técnica do próprio Conselho Administrativo. Então, saiu a primeira Resolução alterando o Regimento. Eu estava vendo algumas normativas que eu acho que fazem sentido ir para o conselho também, e podemos fazer pouco a pouco isso daí. Sr. Milton: Ficou claro para todo mundo. Por exemplo. Aprovação do regimento do Comitê de Investimentos, depois de passar pelo nosso crivo, nós soltamos a Resolução, tudo bem. Sr. Romano: é nesse sentido que eu gostaria de fazer uma ponderação, porque nós aprovamos além das assembleias virtuais que não estavam no regimento, a gente chegou a aprovar excepcionalmente as nossas justificativas de ausência no período da pandemia pelo whatsapp, fora do prazo do regimento, eu não sei se não teria como nós regulamentarmos melhor, pode ser no formato de resolução também, porque eu observei que houve assim, não sei se falha, mas houve um probleminha naquela situação que na reunião de fevereiro o Amilcar justificou, mandou um atestado para o Ipref e o Conselho demorou para ficar sabendo, e só consideramos a justificativa do Amilcar na próxima reunião. O prejuízo que houve é que a ausência do Amilcar e a não existência de um substituto teve uma votação que ficou cinco a quatro, só existiam nove conselheiros. Então, eu acredito que naquele momento não tenha sido convocado o substituto do

Amilcar. A gente informatizando a gente consegue. Sr. Milton: O que aconteceu naquela Assembleia um dia antes no final da tarde o Wonderson mandou no grupo, no meu particular, do Luiz e da Claudia, dizendo que iria ter um problema, reunião de emergência em seu local de trabalho no horário e dia da assembleia. Nós conseguimos, mesmo que fora do prazo, convocar o suplente que era o Henrique Lameirão. O Conselheiro Amilcar, no dia da assembleia, *e/le* amanheceu adoentado, foi ao hospital e mandou o whatsapp no transcorrer da nossa Assembleia. Por isso não deu tempo de convocar o suplente, foi no decorrer da nossa Assembleia. Mesmo assim, na Assembleia posterior foi levado o assunto ao colegiado e foi justificada a ausência. Então para efeito de falta não houve nada com relação a isso, inclusive o Amilcar mandou o whatsapp também naquela manhã. Não tinha como convocar. Concordo com você, nós vamos providenciar uma redação. Se tiver uma ideia mande o texto para gente. Sr. Eduardo: Chegou ontem pra mim, na realidade o processo de contribuição da Prefeitura deste mês, sendo que a contribuição dos servidores foi feita de maneira incompleta, falta o valor aproximado de seis milhões e trezentos mil reais. Dos dezesseis, dezessete milhões, só veio a parte do servidor, que é a mais urgente, e não foi pago seis milhões. Eu estou oficiando a prefeitura amanhã ou até sexta feira para ver a questão de pagamento dos valores restantes. Eu sei que tem um projeto de lei que está tramitando no Senado e está só esperando a sanção do Presidente sobre contribuição previdenciária para regimes próprios, projeto de lei de auxílio aos municípios. Eu vou cobrar a prefeitura, que o papel nosso como Instituto é cobrar. E saindo este projeto de lei, ver quais são as diretrizes para parcelamento desses valores se a prefeitura não pagar dentro deste mês. Sr. Milton: então você vai emitir já o ofício, cobrando e requerendo o montante. Sr. Eduardo: cobrando e falando da correção. Só por curiosidade, hoje pela Lei Municipal 6.056 a correção é pela unidade municipal. Maior do que está no mercado. Maior até que a nossa meta atuarial a correção que está aqui. Então, estou oficiando a prefeitura, vou pedir isso ai, mas vale a pena a gente ficar atento a este projeto que o Presidente deve sancionar, porque o que eu tenho percebido que a nível nacional, até em outros regimes de previdência social, que com uma publicação do projeto de lei, não sei se vocês acompanharam, a ABIPEM foi incisiva contra esse projeto de lei, em diversos pontos dela, mas fomos voto vencido como associação de institutos de previdência. Muitos deles querem não pagar a contribuição ainda mais com uma proteção legal. O projeto de lei, ele vai, criar essa proposta de não pagamento das obrigações patronais, lembrando que as contribuições dos servidores elas não podem deixar de serem pagas, até porque ela é descontada dos salários dos servidores. Na próxima reunião posso até comentar como funciona o parcelamento, mas ela já tem regras. Mas se até a semana que vem eu tiver resposta desse ofício eu posso trazer para vocês. Mas de qualquer forma assim que eu oficial o Governo, quanto Gestão, quanto Fazenda eu encaminho uma cópia do protocolo para o Conselho. Sr. Milton: fiquei meio preocupado. Já que nós estamos revivendo o passado e falando de coisas antigas, quando começa a atrasar as

contribuições, mesmo que seja patronal, e se já não se efetua a cobrança de forma veemente e uma conversa bem no pé do ouvido, as coisas vão se avolumando e as coisas chegam no momento em que ela começa a transferir inclusive a dos nossos vencimentos. Não podemos deixar essa coisa avolumar Eduardo. Oficie e coloque a situação e diga que tem que ser sagrado q contribuição para que a gente possa honrar inclusive os proventos. Sr. Eduardo: em situações normais você não poderia atrasar mais que o vencimento do CRP sob pena de não ter emissão do CRP. É que esse cenário de pandemia acabou criando esse projeto de lei que tem essas regras específicas com o pagamento até dezembro. Como Autarquia, e aqui como papel do IPREF, o nosso papel é cobrar, independentemente de ter previsão federal. Estamos defendendo o patrimônio que é o pagamento da aposentadoria do servidor. Até porque, para vocês terem ideia, é pelo não pagamento que vão ter que criar um projeto de lei encaminhado para a Câmara para ter aprovado o parcelamento em até sessenta vezes inclusive com clausula de bloqueio de FM. Para vocês verem a questão do tamanho que chega essa responsabilidade até porque níveis mais avançados o parcelamento estando aprovado e vigente o município não pode inclusive entrar judicialmente e pedir o bloqueio de dividas FM para obter essas contribuições. Existe a metodologia pela Portaria. É assim, estamos falando de atrasos de até dez dias, que eles vão pagar dentro do mês. Sr. Milton: mais algum questionamento. Sr. Romano: eu tenho. É uma solicitação. Eu quero aproveitar também que vamos ter pela última vez os demais assuntos. Pensando se tem algum óbice colocar nas nossas pautas, iniciar com informes/requerimentos, porque é onde a gente vai poder pedir inclusão de pauta, fazer um requerimento ou pedir uma informação, por que pauta fechada a gente vai ter que falar fora de assunto da pauta. Milton: podemos sim, não há problema. Sr. Romano: informes e requerimentos. Eu queria fazer oficialmente. Esse último cálculo atuarial, a gente pegou o processo que nos foi cedido, oito sete meia sete dois, mas me parece que ele não está completo, pedir ele completo. O IPREF nos enviar se for possível. Um PDF. Sr. Eduardo: eu mando o PDF para você. Sr. Romano: só para justificar. Nós havíamos pedido o processo de contratação e pagamentos da contratação do atuarial entendendo que estaria lá dentro. Se pagou já estaria o documento lá. Então por conta deste problema de falta de tempo, a gente quer e estou pedindo o cálculo atuarial completo. Sr. Milton: o Eduardo disponibilizando colocarei no grupo. Sra. Alessandra: como está ainda em andamento, posso encaminhar esse memorando da fazenda até amanhã. Sr. Milton: pode sim, fica tranquila. Nada mais tendo sido colocado, o Sr. Presidente do Conselho dá por encerrada a assembleia às dez horas e quarenta minutos, para constar, eu _____, Luiz Carlos da Rocha Gonçalves, 1º Secretário, lavrei a presente ata que, após lida e aprovada, é assinada por todos os presentes.

MILTON AUGUSTO DIOTTI JOSE	
----------------------------	--

Presidente	
LUIZ CARLOS DA ROCHA GONÇALVES 1º Secretário	
CLAUDIA REGINA CARAPETA 2ª Secretária	
AMILCAR ANTONIO MESQUITA RIZK	
JOSÉ ANDRÉ DE MORAIS FILHO	
MÁRCIO RODOLFO DE OLIVEIRA ALVES	
MARILENE APARECIDA CADINA	
PAULA KOBAYASHI INOUE TOMITA	
RENATA SILVA MOREIRA	
ROGÉRIO TADEU BARBOSA ROMANO	
WONDERSON MORENO	

SUPLENTES	
HENRIQUE LAMEIRÃO CINTRA	
SUELI FRANCISCO LOPES LEAL	

IPREF	
EDUARDO AUGUSTO REICHERT – Presidente do IPREF	
ALESSANDRA DOS SANTOS MILAGRE SEMENSATO – Diretora Adm. e Financeira do IPREF	

